

Brasil pode adiar pagamento a bancos



Galvães

BRASILIA — Há uma nova alternativa para o reescalonamento da dívida externa brasileira a ser colocada na mesa de negociações com os credores

internacionais a partir desta terça-feira, em Nova York, pelo Ministro da Fazenda, Ernesto Galvães, e o Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore: em 1985, o Brasil poderá pagar apenas as amortizações de débitos junto a instituições oficiais de crédito, obtendo, por outro lado, pelo menos um ano sem pagamento de amortizações devidas a bancos privados.

A possibilidade foi levantada, na semana passada, por alta fonte do Governo, que participará das negociações em Nova York com os 14 banqueiros que compõem o Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira.

Segundo a fonte, essa idéia deve ser levada em frente se o clima desse primeiro round no diálogo com os credores for favorável. A partir desse raciocínio, o Brasil pagaria, no próximo ano, todos os juros devidos aos credores, mas somente as amortizações dos empréstimos devidos a instituições oficiais, como o Banco

Mundial (Bird) o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Agência Americana de Financiamentos a Países em Desenvolvimento (Uscid).

Outro ponto central na proposta a ser colocada pelo Governo é o refinanciamento dos débitos que vencem a partir do próximo ano, até 1989, como já anunciou o próprio Ministro da Fazenda. Este total, no período, seria, em princípio, de US\$ 57 bilhões, com um novo prazo de pagamento de 14 anos. Essa cifra será substancialmente reduzida se o País obtiver aprovação para a proposta de não pagar amortizações a bancos privados em 1985 ou se obtiver uma redução no volume de amortizações a ser paga a cada ano.

Também estão na pauta da renegociação a redução da taxa de risco (spread) dos atuais 2,125 por cento para 1,25 por cento e a adoção da libor — taxa interbancária do dólar na Europa — em substituição à prime-rate — taxa básica sobre a dívida reescalonada.

Essa mudança seria altamente positiva para o País, já que a libor se situa normalmente pelo menos em meio ponto percentual abaixo da prime. Galvães e Pastore proporão, ainda, a eliminação das comissões que chegam a três por cento sobre o valor dos empréstimos.

privados